



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LYANNA DA SILVA ARAÚJO

UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA
ABORDAGEM ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2020

FORTALEZA

2022

LYANNA DA SILVA ARAÚJO

UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA
ABORDAGEM ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite
Moreira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A69a Araújo, Lyanna da Silva.
Uma análise do processo de desindustrialização no Brasil: uma abordagem entre os anos de 1980 à 2020
/ Lyanna da Silva Araújo. – 2022.
48 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.
1. Indústria. 2. Desindustrialização. 3. Brasil. 4. Produto Interno Bruto - PIB. I. Título.

CDD 330

LYANNA DA SILVA ARAÚJO

UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA
ABORDAGEM ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: xx/xx/xxxx.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Mestre André Souza Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter-me concedido a oportunidade de reencarnar em uma família unida, amável e companheira.

A minha doce e amada mãe, Liliane, por sempre me escutar e me aconselhar em momentos delicados.

Ao meu querido pai, João, por ser uma pessoa que me auxiliou nessa jornada, me permitindo trilhar esse caminho.

As minhas irmãs, Amanda e Luanna, por todos os momentos juntas, abraços e sorrisos compartilhados. Por serem os pilares da minha vida.

A toda minha família, em especial minha tia Lúcia de Fátima, minha companheira de preces e de bons momentos. Por tudo que fez e faz por mim, por todo o carinho e dedicação conosco.

Ao Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira, pela excelente orientação nesta caminhada. E aos professores em geral que contribuíram com a minha formação durante esse período.

A banca examinadora, Júlio Ramon e André Souza pela disponibilidade.

As minhas amigas, Juliana, Rebeca e Thaynny. Por terem me ajudado em momentos distintos da vida, de modos atípicos, mas sempre com um coração paciente a me escutar.

Aos amigos que fiz nesta linda caminhada, Cintia, Flaviane, Henrique, João Vitor, Juliana e Rayssa, a FEAAC não seria a mesma sem vocês, nem a minha vida.

Aos colegas do PET Economia, que foi um lar de ensinamentos, crescimentos e acima de tudo apoio.

E a todos que me ajudaram direta ou indiretamente nesta caminhada.

RESUMO

A indústria é o principal setor capaz de gerar externalidades positivas e movimentar toda a economia. A sua importância está atrelada aos efeitos multiplicadores ao encadeamento sobre o consumo e investimento, proporcionando exportações com maior elasticidade renda que contribui conseqüentemente para um maior produto interno. Entretanto, com a crise macroeconômica nos anos 80 no Brasil e a nova matriz de políticas de cunho neoliberal, as políticas industriais perderam sua participação, desencadeando um processo de desindustrialização na economia brasileira. Esta pesquisa tem um duplo propósito: i) apresentar os benefícios da indústria para o crescimento econômico brasileiro e; ii) identificar os fatores que desencadearam o processo de desindustrialização no país. Utilizando de metodologia exploratória e uso de dados secundários, foi identificado que o Brasil passa por um processo de desindustrialização precoce em sua economia.

Palavras-Chave: Indústria; Desindustrialização; Brasil; Produto Interno Bruto - PIB.

ABSTRACT

The industry is the sector capable of generating positive externalities and moving the entire economy. Its importance is linked to the multiplier and chaining effects upon the consumption and investment, providing exports with greater income elasticity that consequently contributes to the domestic product. However, with the macroeconomic crisis in the 1980s in Brazil and the new matrix of neoliberal policies, industrial policies lost their participation, triggering a process of deindustrialization in the Brazilian economy. This research has a double purpose: i) to present the benefits of the industry for the Brazilian economic growth and; ii) identify the factors that triggered the process of deindustrialization in the country. Using exploratory methodology and use of primary and secondary data, it was identified that Brazil is going through a process of early deindustrialization in its economy.

Keywords: Industry; Deindustrialization; Brazil; Gross Domestic Product - GDP.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do Valor Adicionado do PIB no Brasil: 1985 – 2018	35
Gráfico 2 – Participação da Indústria de Transformação nas Exportações (em % do total)	36
Gráfico 3 – Participação do Emprego Industrial no Emprego Total Brasileiro: 1985 – 2018	36
Gráfico 4 – Quantidade de empregos formais gerais e na Indústria de Transformação no Brasil – 2000 a 2020)	37
Gráfico 5 – Manufatura (% do PIB do Brasil) a preços correntes e constantes, 1948 a 2020	38
Gráfico 6 – Manufatura (em % do PIB) como função da renda (PIB <i>per capita</i> em PPC)	40
Gráfico 7 – Manufatura (% no PIB a preços correntes) e PIB <i>per capita</i> Brasil e EUA, 1947 a 2019 (PIBpc em 1.000 US\$ de 2017)	41
Gráfico 8 – Manufatura (% no PIB a preços constantes) e PIB <i>per capita</i> Brasil e EUA, 1947 a 2019 (PIBpc em 1.000 US\$ de 2017)	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação da Indústria no Emprego (% do total).....	22
Tabela 2 – Evolução do PIB manufatureiro e parcela da manufatura no PIB, de 1980 a 2020	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA	Estados Unidos da América
CFCE	Conselho Federal do Comércio Exterior
CME	Coordenação da Mobilização Econômica
CNPIC	Política Industrial e Comercial
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PM	Plano de Metas
OMC	Organização Mundial do Comércio
JK	Juscelino Kubitschek
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
VAR	Valor Adicionado Bruto
P & D	Pesquisa e Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	Contribuições para entender a importância da indústria para o desenvolvimento econômico	15
2.2	Indústria da América Latina e a CEPAL	17
2.3	Declínio do modelo de substituição de importações e afirmação das reformas neoliberais	20
2.4	Teoria sobre a desindustrialização	21
2.4.1	Conceito	21
2.4.2	Causas	23
2.4.3	Indicadores	24
3	PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO	25
3.1	Industrialização tardia brasileira	25
3.2	Ruptura protecionismo para abordagens neoliberais	31
4	O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	35
4.1	Indicadores brasileiros	35
4.2	Indústria com retrocesso	37
4.3	Papel da indústria no PIB	38
4.4	Indústria e evolução do PIB per capita no longo prazo	39
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A indústria é considerada o principal motor que rege uma economia, capaz de induzir o desenvolvimento econômico. Segundo os princípios de Kaldor, existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, por este motivo, quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto nacional.

A primeira metade do século XX foi marcada pelas transformações na indústria brasileira, com a I Guerra Mundial e a Crise de 1929, atuou impactando o país negativamente, através da dificuldade de importar bens industriais e também pela fuga de capitais estrangeiros. Outro fator significativo, foi a pauta exportadora ser composta em sua maioria pelo café, por ser um produto agrícola e de baixo valor agregado, não possibilitaria o crescimento do país naquele momento.

Ademais com a superprodução do café e a diminuição do preço internacional, houve a criação das demais políticas internas para conservar o preço interno, resultando na crise cafeeira. Um dos poucos pontos positivos desta situação foi a perda da participação do café nas exportações dando lugar à produção industrial. Nos governos de Getúlio Vargas, foram criadas as condições objetivas para o desenvolvimento industrial no país

Os dois principais marcos industriais no país foram os planos de governo de Juscelino Kubitschek e de Geisel, o Plano de Metas e o II PND. Eles foram responsáveis; pela implantação da indústria pesada brasileira; pelo fomento dos maiores crescimentos da produção; e exportações industrial e maior crescimento do PIB (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Entretanto, com a crise macroeconômica na década de 80, as políticas industriais antes utilizadas para fortalecer o setor industrial, perderam espaço na economia, diminuindo sua participação parcialmente até serem descartadas em virtude de políticas de estabilidade monetária. Tais políticas visavam reverter o cenário de crise a partir de uma ampla reestruturação monetária e cambial da economia brasileira (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

O governo de Fernando Collor foi o responsável pela adoção do *Consenso de Washington*, modelo idealizado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra para abertura comercial dos países em desenvolvimento, sob a ótica neoliberal. Com a abertura do comércio brasileiro, houve uma diminuição da participação da indústria no produto interno e queda do desempenho da indústria de transformação no emprego total, os dois indicadores que serão tratados no decorrer do estudo (BATISTA JR, 2009).

Portanto, o país enfrenta um processo de desindustrialização, perda da participação da indústria na economia, permitindo o aumento da participação da produção agrícola nas

transações internacionais. Dito isto, a nação nunca esteve tão longe do desenvolvimento econômico (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

A metodologia utilizada neste trabalho apresenta um caráter exploratório, utilizando estudos sob essa temática, tais como, monografias, artigos científicos, livros e documentos. Por meio do método da pesquisa bibliográfica e documental, como forma a reforçar e ajudar no embasamento teórico sobre a desindustrialização.

O estudo faz abordagem qualitativa, utilizando de dados secundários para elaboração de gráficos, acerca da participação da indústria de transformação nas exportações em geral e a participação do emprego da indústria de transformação no volume de empregos gerais, retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Ministério do Trabalho e da Previdência, para validar a relevância da pesquisa, trazendo destaque para a análise da desindustrialização brasileira no período de 1980 a 2020.

Desta forma, o estudo se faz relevante pela abordagem teórica a respeito da desindustrialização brasileira pela utilização de uma base de dados que emprega desde o final do modelo de substituição de importações até a data atual.

Para cumprir com o propósito de contribuir para o debate sobre a desindustrialização, a pesquisa apresenta além desta introdução, como a primeira seção e das considerações finais, três seções. A segunda, irá abordar o referencial teórico utilizado como embasamento para este estudo, partindo da importância da indústria para o país até o conceito sobre a desindustrialização. A terceira seção é referente ao processo de industrialização brasileira, abordando os principais marcos necessários para este processo até a sua ruptura no final do século XX. A quarta e última seção irá abordar os dados sobre o processo de desindustrialização que permeia até os dias atuais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção busca analisar os principais estudos relacionados a industrialização e desindustrialização brasileira, destacando a importância da indústria sobre o crescimento do produto interno, bem como os pensamentos de Raul Prebisch sobre a relevância da dinâmica industrializante na América Latina, como se realizou o processo de declínio do modelo de substituição de importações e afirmação das propostas neoliberais. Finalmente, será abordado o conceito de desindustrialização, os determinantes desse processo e os indicadores utilizados para identificar esse fenômeno.

2.1 Contribuições para entender a importância da indústria para o desenvolvimento econômico.

Segundo Lamonica e Feijó (2006), o crescimento do país está ligado intrinsecamente ao desenvolvimento da indústria, em particular a de transformação. Sendo assim, o setor industrial se ampliará com retornos crescente de escala, ou seja, crescerá em uma proporção maior que a quantidade de insumo utilizado. Dessa forma, a consolidação de uma estrutura industrial densa e complexa nas suas relações intersetoriais explicariam as trajetórias de crescimento das economias capitalistas, assim como as diferenças entre os crescimentos das nações desenvolvidas e os ainda em desenvolvimento (LAMONICA; FEIJÓ, 2006). Os autores baseiam suas conclusões nas leis elaboradas por Kaldor que estabelecem uma relação virtuosa entre indústria e desenvolvimentos. São quatro as leis formuladas pelo autor:

- I. Existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, por este motivo, quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto nacional.
- II. Há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do produto industrial, sendo a relação de causalidade na direção de quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade.
- III. Quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior o crescimento do produto.
- IV. O crescimento da economia a longo prazo não é restringido pela oferta, mas sim pela demanda, assim a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o balanço de pagamentos.

A primeira lei está direcionada aos retornos da indústria, existindo uma forte correlação entre a indústria e o Produto Interno Bruto - PIB, na qual o crescimento industrial é um dos responsáveis pelo crescimento econômico de um país (LAMONICA; FEIJÓ, 2006).

A segunda lei, também conhecida como lei Kaldor-Verdoorn determinou, a relação de causalidade entre a taxa de crescimento da produtividade e a taxa de crescimento da produção, em que, um aumento da produção, instigado pelo aumento da demanda, gera um crescimento de produtividade nos setores que apresentam economia de escala dinâmicas. Isso porque o custo médio da produção diminui com o aumento da quantidade de bens produzidos (LAMONICA; FEIJÓ, 2006).

Na perspectiva de Kaldor, quando um país atinge um nível mais avançado de desenvolvimento econômico, o crescimento do produto estaria ligado diretamente a demanda por exportações, definido em principal pelo crescimento da indústria de transformação. Dessa forma, a expansão da indústria de transformação levaria ao processo cumulativo de crescimento da economia, devido a existência de retornos crescentes de escala dinâmica presente no setor industrial. A existência de economia de escala aumentando a produtividade da indústria, ocasionando maiores lucros e assim, atraindo investimentos. Dessa forma, a ampliação da indústria de transformação aumentaria a produtividade e conseqüentemente induziria mudanças tecnológicas, tornando os bens nacionais comercializáveis concorrentes aos estrangeiros no mercado internacional (LAMONICA; FEIJÓ, 2006).

A terceira lei de Kaldor parte do princípio de que a exportação é um componente importante da demanda agregada e responsável por gerar um crescimento sustentável. Assim, a terceira lei, também conhecida como “export-led growth”, destaca que a principal restrição do crescimento induzido pela demanda é o balanço de pagamentos (LAMONICA e FEIJÓ, 2006).

A quarta lei conhecida como lei Kaldor-Thirlwall ou lei de Thirlwall, defende que o crescimento econômico liderado pela demanda é limitado pela condição de equilíbrio do balanço de pagamentos. Para Thirlwall (1979), seguindo o modelo da terceira lei de Kaldor, a taxa de crescimento que um país pode alcançar sem sofrer deterioração em seu balanço de pagamentos é igual a taxa à taxa de crescimento das exportações dividida pela elasticidade-renda da demanda por importações (LAMONICA; FEIJÓ, 2006).

Entretanto, para Thirlwall o comércio exterior e a expansão do setor industrial doméstico operam como fontes de demanda por produtos industriais, sendo determinantes para o crescimento da produção industrial. Contudo, para Kaldor o crescimento da força de trabalho, acumulação de capital e o progresso técnico são variáveis endógenas da economia, o aumento

das exportações é o componente de demanda agregada mais importante para esclarecer as diferenças nas taxas de crescimentos entre as economias mundiais.

Para Kaldor, o avanço tecnológico no setor industrial é um poderoso critério para sustentar o crescimento industrial e de toda a economia no longo prazo. Não muito diferente, Dani Rodrick (2005) argumenta que a diversificação produtiva é mais eficiente que estruturas concentradas e que os países em desenvolvimento não devem centralizar suas exportações em commodities metálicas e agrícolas, e sim intensificar as exportações em produtos de alto valor agregado, como os produtos industrializados, em busca de concorrer com países já industrializados (LAMONICA; FEIJÓ, 2006).

Diante disto, há de ser evidenciado a diferença entre a renda per capita de países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, em destaque para a indústria de transformação e dos retornos crescentes que determinados países possuem no comércio internacional. Segundo Kaldor (1970), citado por Morceiro (2011) temos:

Os países de alta renda – desenvolvidos – possuem uma indústria moderna, altamente sofisticada, enquanto a dos países de baixa renda – em desenvolvimento – é relativamente mais fraca – em alguns deles os produtos agrícolas ainda são os principais produtos exportados. A prática do livre comércio entre as duas regiões, provavelmente, beneficiará o país que possui uma indústria mais forte em detrimento do mais fraco, alargando o gap de renda per capita entre eles. (KALDOR, 1970, p. 148, citado por MORCEIRO, 2011, p. 18).

Constata-se assim a existência de duas economias, uma desenvolvida com um setor industrial tecnológico e outra até o momento em desenvolvimento com um setor industrial ainda pouco explorado. Percebe-se que a primeira economia possui um setor mais avançado e competitivo, assim, o livre comércio entre as duas economias somente favorece a primeira. Sendo a segunda mais fraca, é possível até que perca participação no mercado industrial interno. Segundo Arthur (1996) citado por Morceiro (2011), este efeito se dá pelo fato dos “retornos crescentes serem a tendência pela qual aquilo que está à frente ganha cada vez mais vantagens e aquilo que perde vantagem, às perde cada vez mais”.

2.2 Indústria da América Latina e a CEPAL

Segundo o pensamento desenvolvimentista difundido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, a industrialização é um dos fatores de grande relevância para compreender o grau de desenvolvimento econômico do país (SILVA, 2017).

Prebisch difundiu o conceito sobre o sistema Centro-Periferia. Sendo o Centro seria os países desenvolvidos, ou seja, aqueles que produzem bens manufaturados. Já a Periferia,

seriam os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, que produziam bens primários, dentre eles, os países da América Latina (COUTO, 2007).

Na visão do autor, os preços dos produtos primários produzidos pela periferia vêm diminuindo em prol aos produtos manufaturados dos países centrais. Assim, a rigidez dos preços da manufatura e a maleabilidade dos preços primários era decorrente dos movimentos cíclicos da economia, em razão do maior poder que os trabalhadores dos centros detinham sobre seus trabalhos (COUTO, 2007).

Segundo Raul Prebisch, se os países periféricos continuassem exportando produtos agrícolas de baixa elasticidade renda e importando produtos industriais de alta elasticidade, ocorreria grandes déficit nas contas externas e conseqüentemente os países em desenvolvimento cresceriam a menores taxas que os países já industrializados (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

Diante do exposto, considera-se que a industrialização seria o único modo para aumentar a elasticidade renda das exportações, realizando uma diminuição das dificuldades estruturais nos países periféricos.

Deste modo, a industrialização seria capaz de aumentar a elasticidade das exportações dos países periféricos, gerando um crescimento compatível com a restrição externa (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

Segundo Raul Prebisch (1951:271)

“A medida que a renda real per capita ultrapassa certos níveis mínimos, a demanda de produtos industriais tende a crescer mais do que de alimentos e outros produtos primários. Não obstante, a situação dos países menos desenvolvidos é muito distinta da dos centros, pois estes importam aqueles produtos primários de menor elasticidade renda da demanda do que a dos artigos industriais que a periferia importa dos centros. Para crescer sua renda real, os países periféricos necessitam importar bens de capital cuja demanda cresce com esta renda ao mesmo tempo em que a elevação do nível de vida se manifesta em intensa demanda de importações de grande elasticidade que tendem a crescer mais do que a renda”

Prebisch acreditava que um dos motivos pelo desequilíbrio externo era a elasticidade-renda da demanda e a capacidade tecnológica, assim, com o aumento da renda, diminui a demanda relativa por bens primários e cresce a demanda relativa por produtos industriais (COUTO, 2007).

A ideia inicial permeia sob os fundamentos do protecionismo, como solução para os problemas estruturais das economias periféricas. Segundo Rodriguez (2009) o planejamento seria um instrumento necessário para desempenhar um papel importante sobre o investimento e as políticas de desenvolvimento para a industrialização.

Segundo Prebisch, a industrialização era o único modo do país de diminuir as dificuldades estruturais existentes:

“el único medio de que disponen éstos (os países periféricos) para ir captando una parte del fruto del progreso técnico y elevando progresivamente el nivel de vida de las masas” (PREBISCH, 1949, p.6).

Dessa forma, entende-se que o planejamento e protecionismo seriam a forma de mudar a economia dos países latino-americanos, em conjunto com as ações estatais de incentivo às políticas de industrialização. Prebisch acreditava que o progresso técnico e o aumento da escala produtiva poderiam gerar um crescimento no nível de renda que supera os ganhos de produtividade, gerando uma ampliação dos bens industrializados. Uma das principais críticas cepalinas era sobre os “mandamentos” do livre comércio, a respeito da alocação de recursos em nível externo e interno, atingindo a teoria vital acerca do *laissez-faire* (PREBISCH, 1949).

Com a finalidade de combater a estrutura presente nos países periféricos de concentração de renda, excedente estrutural de mão-de-obra e os diferentes níveis de tecnologia do arsenal produtivo, os países teriam que investir em sua estrutura produtiva, a fim de construir um aumento da demanda e uma estrutura voltada à tecnologia. Assim, dispendo de uma estrutura industrial qualificada e diversificada, a nação está propícia a modernização de sua produção e diferenciar seus produtos no mercado internacional (PREBISCH, 1949).

Contudo, fica claro que Prebisch consentia na indústria para alterar a capacidade produtiva do país, gerar efeitos de encadeamentos na economia, assim, desenvolvê-la, saindo da condição periférica. Entretanto, algo importante a ser discutido, seria como ocorreria esse processo, tendo em vista a necessidade defendida por ele do “crescimento orientado”, considerando que o processo não se iniciaria e permaneceria sozinho, carecendo da intervenção do Estado, de forma a dominar as políticas e investimentos na economia (PREBISCH, 1963).

O crescimento do mercado interno, está ligado diretamente a implantação de segmentos industriais no país. Desta forma, as economias periféricas investindo na criação de setores de bens de capitais e consumo, é de grande relevância para o crescimento econômico.

A produção interna é de grande importância para aliviar a restrição externa ao crescimento, proporcionando um maior controle sobre a propensão marginal a importar. Atuando da mesma forma, gerando efeito multiplicador sobre o consumo e efeito acelerador sobre o investimento, ampliando o mercado interno. Desse modo, a implantação do setor doméstico da produção manufatureira é de crucial relevância para o crescimento “hacia dentro”, liderado pela expansão do mercado interno. (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

Todavia, com isto, cria-se a necessidade de financiamento na economia. Prebisch acreditava no capital estrangeiro para investir nas mudanças necessárias nestes países, pois:

[...] além da poupança atual, seria possível que investimentos estrangeiros bem encaminhados contribuíssem para o aumento imediato da produtividade por

trabalhador. Assim, atingida essa melhora inicial, uma parte importante do aumento da produção serviria para a formação de capitais, em vez de se destinar a um consumo prematuro (PREBISCH, 1949, p.77).

Conforme Prebisch, o comércio exterior seria um dos componentes capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico dos países periféricos. Com o processo de industrialização e maior necessidade de importações de equipamentos e máquinas, era indispensável que as exportações pudessem arcar com este novo método de desenvolvimento (COUTO, 2007).

Algo que vale a pena considerar, era a ideia original de Prebisch sobre o poder que as exportações detinham sobre o crescimento econômico. Considerava que os países periféricos detinham restrições de divisas e um pequeno mercado interno. Entrava-se em discussão os dois tipos de crescimentos ocorrendo no mundo, o crescimento voltado para fora, através das exportações e o crescimento voltado para dentro, por meio do mercado interno (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

Assim, para economias atrasadas é mais difícil que seu comércio seja voltado para dentro, devido não possuir um motor de crescimento interno. Nesses países, o normal seria que a estratégia fosse voltada para fora, em razão da pequena folga na restrição externa e pelo reduzido dinamismo do mercado interno. Em contrapartida, em economias com um significativo setor de meios de produção, o crescimento poderá ser liderado pelo mercado interno como também pelas exportações, dependendo no segundo caso, do tamanho relativo das exportações em relação aos gastos autônomos e aos gastos públicos (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

2.3 Declínio do modelo de substituição de importações e afirmação das reformas neoliberais.

Segundo Belluzzo e Carneiro (2004), o processo de industrialização ocorrido no início da segunda metade do século passado com forte intervenção estatal, foi colocado sob dúvidas devido ao desencadeamento da crise macroeconômica iniciado nos anos de 1980, esquecendo os grandes resultados que as políticas protecionistas trouxeram para o país (BELLUZZO; CARNEIRO, 2004).

Esse novo olhar, fazia referência ao modelo neoliberal que se instalava na economia brasileira naquele momento, possuindo como objetivos centrais a contenção do papel do Estado na economia, através de mecanismos de privatização das empresas estatais e da

desregulamentação. Com sua adoção, houve a substituição do modelo protecionista para o livre comércio (BELLUZZO; CARNEIRO, 2004).

Com sua implantação na economia nos anos de 1990, esperava-se mudanças para um cenário de crescimento sustentado. Entretanto, com a introdução de políticas de estabilização formuladas sob o prisma de aumento da taxa de juros, foi desencadeado um duplo déficit orçamentário e comercial (MOREIRA; BORBA, 2016).

A diminuição das tarifas protecionistas, ocasionou uma redução na produção e no desemprego industrial e a ajustes microeconômicos, principalmente nas grandes empresas nacionais e estrangeiras, levando à reestruturação da estrutura produtiva local, com o fim de linhas de produção vistas como não competitivas e de baixo valor agregado (BELLUZZO; TAVARES, 2002).

Assim, a sobrevalorização do câmbio e a racionalização produtiva resultaram na substituição da produção doméstica pelas importações, tanto de insumo como também de bens duráveis anteriormente produzidos internamente. Segundo Moreira e Forti Sherer (2002):

“com circuitos comerciais vinculados aos países centrais substituindo, integral ou parcialmente, as cadeias produtivas internamente constituídas ao longo do período de industrialização” (MOREIRA; FORTI SHERER, 2002, p. 55).

Diante da adoção destas políticas, o que antes era produzido internamente, passou a ser importado. Segundo Gonçalves (2000), ocorreu o processo de reprimarização da pauta exportadora na última metade dos anos 90, saindo de anos de investimentos na cadeia produtiva e de qualidade tecnológica para exportações de produtos agrícolas, como as *commodities*. O processo foi intensificado nos anos 2000, afirmando o Brasil como um país agrário e exportador de produtos básicos. Além da reprimarização da pauta exportadora, observa-se um movimento de desindustrialização do país.

Deste modo, a adoção das políticas neoliberais na economia e mal estruturação da abertura comercial, resultou em um processo de desindustrialização, no qual será verificado teoricamente na próxima seção.

2.4 Teoria sobre a desindustrialização

2.4.1 Conceito

Segundo Rowthorn e Ramaswany (1999) a desindustrialização foi definida quando o setor industrial começou a diminuir sua capacidade de gerar empregos (OREIRO; FEIJÓ, 2010). De acordo com o conceito, os países desenvolvidos passaram pelo processo de

desindustrialização nos anos 70, enquanto os países em desenvolvimento, em especial os países da América Latina, passaram nos anos 90. Época marcada pela implantação das ideias liberais do Consenso de Washington.

Tabela 01- Participação da Indústria no Emprego (% do total)

Região:	1960	1970	1980	1990	1998
África Subsaariana	4.4	4.8	6.2	5.5	5.5
América Latina e Caribe	15.4	16.3	16.5	16.8	14.2
Cone Sul e Brasil	17.4	17.2	16.2	16.6	11.8
Ásia Ocidental e Norte da África	7.9	10.7	12.9	15.1	15.3
Sul da Ásia	8.7	9.2	10.7	13.0	13.9
Leste da Ásia (exceto China e Japão) 10.0	10.0	10.4	15.8	16.6	14.9
NIEs	10.5	12.9	18.5	21.0	16.1
China	10.9	11.5	10.3	13.5	12.3
Terceiro mundo	10.2	10.8	11.5	13.6	12,5
Primeiro mundo	26.5	26.8	24.1	20.1	17.3

Fonte: Palma (2005, p.5)¹

Podemos definir a desindustrialização com a diminuição da importância da indústria na economia do país, quando essa é superada por outro setor. Desta forma, pode-se considerá-la como a redução da produção industrial do país, sendo dividida em dois tipos: a precoce e a natural. A desindustrialização precoce está ligada diretamente a perda do emprego e da produção industrial para outro setor menos dinâmico da economia em economias que ainda não atingiram o nível de renda dos países desenvolvidos. Enquanto a desindustrialização natural, é quando a indústria se mantém forte mesmo com a perda de espaço, mas, o país em questão consegue atingir o nível de renda igual aos países desenvolvidos (SILVA; NASCIMENTO, 2020). A desindustrialização pode ser de caráter positiva ou negativa. Ela será positiva caso

¹ Economias incluídas sob o título “Terceiro Mundo”: África Subsaariana: Benin, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, República Central Africana, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Quênia, Lesotho, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurício, Nigéria, República do Congo, Ruanda, Senegal, África do Sul, Togo, Zâmbia e Zimbábue.

América Latina e Caribe: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai (dentro dessa categoria, a subcategoria “Cone Sul” inclui Argentina, Chile e Uruguai).

Ásia Ocidental e Norte da África: Argélia, Egito, Marrocos, Oman, Arábia Saudita, Tunísia e Turquia. Sul da Ásia: Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka.

Leste Asiático: Hong Kong SAR, Indonésia, Malásia, Filipinas, República da Coreia, Cingapura, Tailândia e Taiwan Província da China (dentro dessa categoria, a subcategoria NIEs 1 inclui: Hong Kong SAR, República da Coreia, Cingapura e Taiwan (Província da China)).

Economias incluídas sob o título “Primeiro Mundo”: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

venha acompanhada de aumento de produtos com maior tecnologia e maior valor adicionado² na pauta exportadora. Será negativa, caso aconteça um processo de reprimarização das exportações do país. Isso ocorre através da substituição de exportações de produtos de alto conteúdo tecnológico por produtos primários ou manufaturas de baixo valor agregado (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Diante do que foi exposto, conceituando o processo de desindustrialização, a seção 2.4.2 aborda as causas deste processo, percorrendo os fundamentos interno e externo associados a perda da participação da indústria no produto interno.

2.4.2 Causas

Além da existência de causas políticas que impactaram negativamente a condução do país, diretivas econômicas foram as que mais promoveram mudanças na trajetória da desindustrialização brasileira.

De acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1999), existem dois fatores responsáveis pela desindustrialização: os internos e os externos. Os fatores internos estão ligados a alteração da elasticidade renda entre os setores e o crescimento mais rápido da participação da indústria em relação aos outros setores (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Sendo nato o processo de desenvolvimento, moveria um processo “natural” de desindustrialização do país, a partir de um nível de renda já pré-determinado. Isso ocorre, devido ao crescimento econômico aumentar a elasticidade renda da demanda de serviços quando se compara com a elasticidade da demanda por manufaturados. Assim, com o desenvolvimento econômico, aumenta a importância do setor serviços no PIB. Outro ponto, é a maior produtividade no setor de serviços quando comparado a da industrial, assim, a participação do emprego industrial diminui um pouco antes da queda da indústria no valor adicionado (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Os fatores externos, estão ligados intrinsecamente a “globalização”. Quando um país se especializa em serviços, manufaturas e com trabalho qualificado e outro se especializa em trabalho não qualificado, gera uma diminuição do emprego industrial em um país e o aumento do emprego industrial em outro, assim, se subentende aos países desenvolvidos e os ainda em desenvolvimento (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Outro fator correspondente à desindustrialização, é a teoria da *Doença Holandesa*, difundida por Bresser Pereira. Nesse caso, o boom das exportações de commodities substituiu a participação das exportações que antes eram delimitadas pela indústria no país. No caso

² Valor adicionado é referente ao valor gerado da indústria para toda a economia.

brasileiro, a direção das políticas econômicas que antes visavam o crescimento industrial, mudou sua dinâmica para a agricultura, resultando em um aumento substancial das exportações de **commodities** para grandes mercados, como a China e os EUA (SILVA; NASCIMENTO, 2020).

O excesso de recursos naturais e a apreciação da moeda brasileira, serviam de intensificador para as exportações de *commodities*. Diante disto, ocorreu uma diminuição da participação da indústria no PIB, como também uma redução no emprego total e no valor adicionado. A desindustrialização decorrente da doença holandesa é também conhecida como desindustrialização precoce, devido a mesma iniciar com um nível de renda per capita menor que os países desenvolvidos. Deste modo, os países afetados pela doença holandesa, iniciaram o processo de desindustrialização antes que houvesse o esgotamento das oportunidades de crescimento da economia (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Sobre o que foi apresentado, das distintas causas da desindustrialização, a seção 2.4.3 irá evidenciar os principais indicadores abordados no presente trabalho.

2.4.3 Indicadores

Após a revolução industrial, a indústria se sobressaiu sobre os outros setores e passou a ser o motor do crescimento econômico. Ela recebeu os excedentes de trabalhadores dos campos, entretanto, com a atual revolução tecnológica, a indústria que antes recebia mão-de-obra agrícola, concedeu a sua força de trabalho para o setor de serviços (MARTINS; RODRIGUES, 2015).

Os principais indicadores relacionados ao processo de desindustrialização são:

- a) A participação da indústria no produto interno do país.
- b) A participação do emprego da indústria de transformação no emprego total.

Referente às mudanças na estrutura do emprego da indústria é elencado dois motivos, o primeiro está associado às diferentes taxas de crescimento da produtividade dos setores e o segundo, relativo às diferentes elasticidades-renda da demanda pelos produtos dos setores (ROWTHORN; WELLS, 1987).

Na quarta seção do trabalho, será possível visualizar o percurso referente aos dois indicadores na economia brasileira, através de gráficos e de suas conclusões.

3 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO

O Brasil como o maior país de exportação cafeeira, iniciou sua industrialização no começo do século XX. Diante do cenário internacional, considera-se que o país teve um processo tardio, devido a consolidação da sua indústria apenas na segunda metade do século passado, como será abordado adiante.

3. 1. Industrialização tardia brasileira

A década de 1920 foi contemplada com acontecimentos que impactaram a história brasileira. Sob o prisma econômico, houve aumento de plantações e conseqüentemente das exportações de café e também de outras agriculturas, além do “boom” de investimentos significativos na indústria brasileira. As divisas oriundas das exportações agrícolas, em principal do café:

[...] geraram lucros suscetíveis de estimular uma expansão da economia, da urbanização e da indústria” ... “a extraordinária expansão da economia urbana se fez notar, tanto pela expansão da infra-estrutura – principalmente com a consolidação de sua rede ferroviária –, da construção civil, da indústria e dos serviços”. (CANO, 2012, p. 901 e 902).

Enquanto isso, o capital da indústria estava fortemente relacionado ao capital cafeeiro para a sua expansão. Primeiro, em virtude a repor e ampliar a capacidade produtiva (máquinas e equipamentos) dependia das divisas geradas pelo café. O segundo, é resultado da indústria ainda não possuir um mercado, e com crescimento dependendo da demanda criada pela urbanização e o gasto público, em conformidade com o avanço da economia cafeeira (DE MELLO, 2009).

A indústria de transformação começou a dar os seus primeiros passos significativos em São Paulo, como podemos observar.

A indústria de transformação apresenta novo “boom” de investimento que não apenas causou forte expansão da capacidade produtiva, mas também promoveu-lhe extraordinária diversificação. Tomados os anos de 1920 a 1928 a indústria paulista cresceu à elevada média anual de 6,6% (e o resto do Brasil a 3,3%). A concentração industrial em São Paulo aumentava, dos 31,5% do total nacional em 1919 para 37,5% em 1929 (CANO, 2012, p. 903).

A dependência da indústria com a economia cafeeira começou a diminuir desde o final da *1ª Guerra Mundial*, visto a acumulação de capital neste período, com o final da década de 1920 e início da crise dos EUA, ela dá os primeiros passos para autofinanciar (DE MELLO, 2009).

O marco da industrialização brasileira no século XX foi constituído pela crise da bolsa de valores nova-iorquina em 1929 e com o golpe de 1930. Que impactou os países primários exportadores, em alguns, permaneceram os ideais liberais sob conjecturas dos EUA, em outros

como o Brasil, ocorreu a mudança de paradigmas econômicos, saindo da ideologia liberal e adentrando as políticas econômicas de cunho nacional e industrial (CANO, 2015).

O Brasil, tendo como principal produto em sua pauta exportadora, o café, dado seu baixo valor agregado, engendraria no longo prazo, um crescimento econômico limitado. Ademais, visto a situação internacional e a intensificação da crise cafeeira, é notório a fragilidade do sistema mercantil. Deste modo, o Estado passa a ser fortemente intervencionista, gerando mudanças sobre o processo de acumulação de capital (CANO, 2015).

Dentre as políticas adotadas, a de industrialização é a mais significativa para o momento, que em conjunto com as políticas de defesa de renda e do emprego seriam eficientes para modificar a estrutura produtiva brasileira. Assim, o governo iniciaria a formulação do setor industrial, através de, políticas econômicas voltados para o câmbio, garantindo o abastecimento interno de máquinas e matérias-primas industriais mais baratas e créditos para as indústrias (CANO, 2015)

Podemos ver essa estruturação de políticas através de Cano (2015, p. 3):

Para tanto, tivemos que construir um novo estado e redesenhar o painel da política econômica com os instrumentos necessários para aquela tarefa, entre os quais a moratória da dívida externa, sempre que necessária, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributária, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista.

Dentre os instrumentos implantados, a política cambial foi a mais utilizada. Segundo Versiani e Suzigan (1990), temos: (a) desvalorização da taxa de câmbio, nos anos trinta, e (b) introdução de controles do mercado de câmbio com escala de prioridade para importações, desde os anos trinta. No pós-guerra, com a taxa de câmbio mantida fixa (sobrevalorizada), esses controles seriam intensificados e ampliados na administração das importações.

A política de crédito se tornou necessária a partir da década de 30, pois o sistema financeiro privado não detinha instrumentos específicos de captação de recursos, para lastrear os empréstimos de médio e longo prazo para os investimentos industriais, sendo assim, foi criado pelo Estado órgãos que o realizassem.

- I. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, criada em 1937. Embora tivesse por objetivo principal o financiamento à agricultura, teve importante participação no financiamento à compra de máquinas e equipamentos industriais em geral, e à implantação de algumas indústrias de insumos básicos como celulose e papel, alumínio e siderurgia (Villela e Suzigan, 1973, pp. 169-170);
- II. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. Voltado inicialmente ao financiamento dos investimentos em infraestrutura (energia e transportes), o BNDE se tornaria mais tarde na principal agência pública de financiamento para investimentos industriais (VERSIANI; SUZIGAN, 1990 p. 15.).

No período de tentativas a industrialização brasileira, foram criadas ações nesse sentido, dentre elas:

- I. Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934;
- II. Coordenação da Mobilização Econômica, criada em 1942;
- III. Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, criado em princípios de 1944 e
- IV. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, criada em fins de 1950 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990 p. 15-16).

A criação do CFCE desempenhou um papel importante na discussão e coordenação de ações de órgãos públicos voltadas para implantação de diversas indústrias de celulose, na década de 1930; na siderurgia, álcalis e vidro plano nos anos 40. A criação da CME foi uma tentativa de organizar o planejamento industrial do país. Já o CNPIC foi criado no intuito de planejar a política industrial e comercial pós-guerra. A CMBEU idealizada no intuito de identificar “pontos de estrangulamentos” para viabilizar o processo de desenvolvimento brasileiro. Sendo responsável pela criação de projetos nas áreas de transporte, energia, agricultura e indústria e elaborou a ideia de criação do BNDE (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Entre os anos de 1930 a 1950 o Estado desempenhou um papel relevante para a industrialização brasileira, criando grandes companhias.

- I. No setor de mineração, a criação da Cia. Vale do Rio Doce, em 1942;
- II. Na siderurgia, a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, e o controle acionário pelo Banco do Brasil em 1952, da Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA), fundada em 1944;
- III. Na química, a criação da Companhia Nacional de Álcalis em 1943, para produção de barrilha e soda cáustica;
- IV. Na produção de motores pesados, com a criação da Fábrica Nacional de Motores em 1943; e
- V. Na geração de energia elétrica, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, fundada em 1945 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990 p. 16).

No segundo governo de Getúlio Vargas, o país consolidou a implantação da indústria leve e início da implantação da indústria pesada. Assim, a participação no PIB da indústria de transformação entre os anos de 1950 a 1955 passou de 14,5% para 19,3% e dos bens intermediários de 25,9% para 31,7%. Já os bens de consumo duráveis e de capital foram de 4,7% a 6,7% de participação (CANO, 2015).

Ainda neste período, é válido salientar a forte participação do Estado e que a indústria de bens de produção (química, material elétrico, metal – mecânica) ainda dava seus primeiros passos. Este setor e o de infraestrutura (transporte e energia) eram de grande relevância para dar suporte aos outros processos (CANO, 2015).

A política anticíclica adotada por Vargas, ocasionou um efeito renda que permitiu a manutenção da demanda interna, na qual, segundo Cano (2015), propiciou a produção industrial, estimulando a industrialização do país, forçando a integração do mercado nacional. Um dos fatores que foi essencial para a automatização, foi a existência da capacidade ociosa na manufatura, sabemos que o sudeste foi a região mais industrializada de todo o país, atrás das políticas e dos planos nacionais, São Paulo era o estado que mais crescia sob a indústria de transformação, a uma taxa de 7,3% e o país crescia a uma taxa de 6,4% entre os anos de 1939, após 10 anos, em 1949 elas cresciam respectivamente a 9,8% e 7,8% (CANO, 2015).

Com o término da 2ª guerra mundial, muitos capitais estrangeiros americanos e posteriormente europeus estavam procurando novos mercados para sua expansão. Graças aos investimentos já realizados no Brasil anteriormente, o país se tornou um mercado atraente para os grandes investidores, que se instalaram rapidamente. Conforme Espósito:

Podem-se destacar três principais ações estatais que foram cruciais para esse processo. Primeiro, a coordenação dos grandes blocos de investimentos, que imprimiu um caráter planejado à industrialização, reduzindo os pontos de incerteza na economia. Segundo, a criação da infraestrutura necessária – em especial nas áreas de transporte e energia – e da produção direta de insumos indispensáveis à industrialização pesada. E, terceiro, o estabelecimento de bases de associação com as grandes empresas transnacionais a partir de um padrão de acumulação que lhes concedia generosos favores, o que incentivou a entrada delas no país (ESPÓSITO, 2017, p. 453).

Para a industrialização brasileira, entre os anos de 1950 e 1979, o Planos de Metas - PM (1956-60) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-79) foram as mais significativas propostas elaboradas para o desenvolvimento industrial.

O antecessor do Plano de Metas foi a criação do BNDE, sedou-o fundamental para identificar os pontos de estrangulamentos das áreas transporte, energia, agricultura e indústria, servindo ao seu objetivo principal, ao gerir recursos orientados para investimentos em infraestrutura e posteriormente veio a ser de grande importância para o desenvolvimento das indústrias de base e na diversificação na de transformação (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

No governo de Juscelino Kubitschek, foram desenvolvidos os setores mais complexos da economia, e uma infraestrutura capaz para a expansão industrial, dessa forma, se vivenciou um avanço da industrialização pesada.

Outras medidas principais foram implementadas para atingir a implantação e crescimento da indústria, foram elas:

- I. a criação da PETROBRÁS (1953);
- II. a Instrução 70 (de 1953) da antiga SUMOC; e
- III. a Instrução 113 (1955) da SUMOC, que permitiu a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial pelas subsidiárias de empresas estrangeiras estabelecidas no País. As principais indústrias que se beneficiaram desta última medida foram: automobilística, química e bens de capital (BERGSMAN, 1970, p.77).

A Petrobras contribuiu para a rapidez de atividades de refino, produção e prospecção de petróleo. A Instrução 70, criou um sistema de leilões de câmbio de cinco categorias, na qual favoreceu a importação de máquinas e equipamentos industriais. Já a de nº 113 possibilitou as compras de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Pode-se assim considerar, que as indústrias automobilísticas, química e de bens de capitais foram as mais beneficiadas com estas medidas (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

O Plano de Metas, conduziu o papel do estado em consonância com o capital privado, estabelecendo metas para os investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento das indústrias específicas. Nesta época, a indústria passou por um processo de substituição de importações, que consistia, na produção nacional protegida das importações dos mesmos bens, por meio da implantação de tarifas aduaneiras, a primeira estabelecida em *ad valorem*, conhecida como a “Tarifa de 1957”. Implantadas também, uma nova política cambial, saindo de cinco categorias para apenas duas, a geral e especial, como o próprio nome sugere, a especial era destinada aos produtos mais necessários e a geral aos produtos menos importantes. Outra política protecionista, foi a Lei do Similar Nacional (1957), criada no intuito de proteger determinados setores da indústria brasileira (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Com o BNDE, conduziu-se investimento para a indústria de base e posteriormente em toda a indústria de transformação. O papel do Estado foi essencial nos investimentos das indústrias de insumos básicos, como a siderurgia, mineração, petroquímica e em infraestrutura (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

No governo de Kubitschek o país passou por uma grande transformação em sua estrutura produtiva, a capacidade aumentou para além da demanda do mercado existente. O processo de industrialização pesada colaborou com o tal crescimento no setor de bens de produção e o setor de bens duráveis de consumo. Acompanhado pelo investimento público, gerou demanda para o próprio departamento de bens, o que retroalimentou o processo. Ocorria esse processo em função do apoio do Estado e do novo capital estrangeiro, sob forma de novas empresas estrangeiras (DE MELLO, 2009).

No final da década de 1960, a estrutura industrial encontrava-se obtendo resultados das reformas implantadas a partir de 1963, evoluindo e incorporando segmentos da indústria pesada, de consumo duráveis e de capital. Obtendo resultado no tocando ao câmbio por meio das substituições de importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos etc. Conseqüentemente, os avanços industriais permitiam um ciclo de crescimento até a primeira crise do petróleo em 1973 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Com o início da ditadura militar, as estruturas passaram por grandes reformas estruturais. Em 1975 as exportações dos produtos industrializados ganharam um espaço maior, alcançando 40% do total das exportações brasileiras, saindo de um percentual de 13% na década de 1950 e 25% em 1960. As importações estavam caindo consideravelmente devido a dificuldade de se importar. Dessa forma, o setor industrial estava cada vez mais caracterizado por processos de encadeamentos entre os distintos setores e ramos da produção industrial.

[...] com a produção de bens de capital e de bens de consumo durável aumentando sua participação no total da produção industrial para 22,5%, em 1970, e 26,8%, em 1980. No mesmo período, o setor produtor de bens de consumo não duráveis baixou sua participação de 45% para 30,6%, tornando a estrutura industrial mais próxima à dos países desenvolvidos (CANO, 2015, p 485).

O capital estrangeiro foi imprescindível para o crescimento da estrutura industrial no país. Mas, vale considerar os grandes empréstimos realizados em bancos estrangeiros o que gerou um alto endividamento externo posteriormente.

A partir do primeiro choque do petróleo, dado a crise internacional, o Brasil passou por um período desagradável em suas contas públicas. Observou nesse intervalo de tempo, desaceleração econômica, a perda de reservas e o encolhimento de crédito em países subdesenvolvidos. Frente a uma possível desvalorização do câmbio, o país assumiu um alto endividamento, em busca de manter as empresas funcionando, entretanto, o endividamento do país aumentou consideravelmente (CANO, 2017).

Segundo Carneiro (2002), no período que foi implantado o II PND, sendo um momento de grande aumento da dívida externa. Apesar dos grandes investimentos, a capacidade tecnológica das indústrias brasileiras não foram o suficiente para competir internacionalmente, podendo ser considerado, essa insuficiência fato de um núcleo de geração e difusão de inovações, originário das grandes filiais estrangeiras no território brasileiro e da falta de autonomia interna para definir políticas eficientes que busquem o desenvolvimento tecnológico (CARNEIRO, 2002). Esse quesito, foi um diferencial para a industrialização do Brasil, outros países - como Coréia, Índia e China - implantaram suas indústrias estatais, não sendo em sua maioria de filiais estrangeiras e isso ajudou em sua industrialização.

Com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, mais uma vez o papel do Estado estava presente na fase de investimentos públicos e privados na indústria de insumos básicos (siderurgia e metalurgia dos não-ferrosos, química e petroquímica) e de bens de capital (material de transporte e máquinas e equipamentos mecânicos), e investimento em infraestrutura (energia, transportes e comunicações), visando complementar a estrutura industrial e criar capacidade de exportações (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Desta maneira, no início da década de 1980 a estrutura produtiva industrial já estava relativamente completa. Graças às deliberações protecionistas adotadas pelo Estado, como medidas de proteções (tarifa aduaneira, barreiras não-tarifárias, política cambial e regulação do investimento) e de promoções (incentivos fiscais e crédito subsidiado). Essas medidas resultaram na construção de uma base industrial diversificada, entretanto, geraram grandes consequências para o país, como ineficiências na estrutura produtiva, em virtude do fechamento econômico, as indústrias se tornaram não-competitivas, ou seja, seus produtos não possuíam competitividade no mercado interno e no internacional (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Diante da crise do modelo econômico, iniciou-se o desequilíbrio macroeconômico da década de 80, considerado por muitos economistas, como a década perdida. Posto esse cenário, novas políticas de cunho liberal surgiram na economia, através do Consenso de Washington.

3.2. Ruptura do protecionismo para abordagens neoliberais

Como ressaltado anteriormente, no século passado, o Brasil passou por um rápido, mas tardio, processo de industrialização. Um dos principais estimulantes, que levou o país a se industrializar, foi a Política Industrial adjunta aos principais planos, como por exemplo, o Plano de Metas e o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Foi um período de grande intervencionismo estatal e de desenvolvimento nacionalista, na qual, se fortalecia as associações industriais e os sindicatos (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

A política industrial estava direcionada para transformação dos segmentos que pudessem concorrer com o mercado externo, em principal as indústrias mecânica e química. Ademais, também era de seus interesses, fortalecer o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e também no desenvolvimento de infraestrutura brasileira (energia, transporte e telecomunicações). Desse modo, criou-se um tripé capaz de cuidar da estrutura industrial e da infraestrutura, primeiramente o Estado era responsável por custear infraestrutura e indústrias de base, o capital estrangeiro era encarregado das indústrias dinâmicas e capital nacional foi atribuído às indústrias tradicionais e segmentos dinâmicos industriais (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Durante o período de industrialização, foram criadas grandes organizações capazes de auxiliar o país nesse novo processo. Segundo Suzigan e Furtado (2006) foram elaborados: órgãos de planejamento; programas de metas ou planos setoriais; instituições, políticas de financiamento público, de fomento e de comércio exterior; normas e regulamentações específicas de preços; tarifas públicas; salários; concentração econômica; transferência de tecnologia, investimento estrangeiro direto e outras. Entretanto, apesar da criação, as mesmas

não foram utilizadas da maneira correta, devido a sua natureza precária ou seu uso indiscriminado, como por exemplo, a proteção aduaneira exagerada, como também o uso intensivo de subsídios fiscais e financeiros. Houveram tantas políticas de proteção, que as políticas visadas a exportação foram realizadas tarde demais, de maneira que registrasse uma insuficiente capacidade de inovar, distorções regulatórias sobre investimentos, entre outras consequências (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

No período vigente da ditadura militar, foi possível visualizar um enorme crescimento do produto interno, dado a passagem de exportador de produtos de baixa elasticidade renda, para exportar produtos de alta elasticidade, tais como bens manufaturados e semimanufaturados. Mas isto não significou um desenvolvimento social, o aumento do PIB serviu para intensificar as diferenças sociais existentes, não houve melhora no sistema educacional, tão pouco na qualificação da mão de obra. Dessa forma, houve um declínio dos sindicatos trabalhistas, com piora do salário real e da distribuição de renda (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Em 1979, existia a concepção de uma estrutura não inovadora, e surgia a necessidade de implantação de políticas com metas mais qualitativas, focada para inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade. Todavia, com o cenário mundial passando por grandes mudanças, como por exemplo, o aumento da taxa de juros nos EUA, a dívida externa brasileira se intensificou e no final da década de 70 e início dos anos 80, o país iniciava um momento crítico, em principal pela alta da inflação (SUZIGAN; FURTADO, 2006). Segundo Corden (1980 p.184), “quanto mais perturbações houver no lado macroeconômico, mais a política industrial tenderá a ser orientada para problemas de curto prazo”.

A política industrial é considerada como um meio de transformação. Uma ferramenta capaz de ligar estruturas do presente para aquelas que estão em um processo de crescimento e desenvolvimento. Em outras palavras, ela é eficiente como estratégia de crescimento para o país. A ocorrência do início da desestruturação macroeconômica brasileira na década de 1980, foi um dos principais motivos do abandono da política industrial - necessária para o processo de industrialização - para políticas voltadas para estabilizar o mercado brasileiro, muitas delas, conseqüentemente, de curto prazo (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

No início da década de 1980, o maior objetivo era a estabilidade macroeconômica, deste modo, as políticas estavam ligadas diretamente aos objetivos de estabilização, monetária e cambial. Assim, os planos para o desenvolvimento e desenvolvimento tecnológico foram abandonados. As políticas de cunho industrial, perderam espaço na economia, com o passar do tempo, elas foram apenas parcialmente implantadas até a sua finalização (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Com o fracasso das políticas de estabilização, como os Planos anti-inflacionários para conter a inflação, deixou para trás a possibilidade do retorno do desenvolvimento industrial do país. No governo Collor, houveram grandes mudanças do sistema econômico, foram finalizadas as políticas de industrialização e dado início ao grande processo de privatização. Se configurou a saída do sistema de substituição de importações para abertura econômica. No início nos anos de 1990, os novos acordos do comércio, assinado pela Organização Mundial do Comércio - OMC e a sobrevalorização cambial, foram um dos principais passos para liberar a economia internacionalmente, juntamente com a maior abertura ao investimento direto estrangeiro e a diminuição da interferência estatal no desenvolvimento do país (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

As indústrias, em principal a eletrônica, bens de capital e química/farmacêuticas, diminuíram a sua produção e perderam seus segmentos de alta tecnologia. Conseqüentemente, a indústria de transformação deixou de ter um papel de grande importância no PIB brasileiro (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

No Governo Collor, o Estado brasileiro segue as recomendações do Fundo Monetário Internacional - FMI, adotando medidas rumo à liberalização do regime de importações, através de atos administrativos que promulgam um programa de abertura do mercado brasileiro.

Collor eliminou todos os obstáculos não-tarifários e iniciou um processo de redução acelerada das barreiras tarifárias. Tudo isso em plena recessão e sem a preocupação de buscar contrapartidas para os produtos brasileiros nos mercados externos nem de dotar o país de um mecanismo de salvaguardas contra práticas desleais de comércio de nossos competidores (BATISTA JR, 2009, p. 149).

A ruptura dos princípios da industrialização substitutiva de importações, estabelecida por Vargas, avançada por JK e estimulada por Geisel, foi finalizada no governo Collor (BATISTA JR, 2009). Decidindo seguir as propostas estipuladas pelo Consenso de Washington, idealizado por importantes dirigentes do governo dos EUA, do Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ideais de arcabouço liberal defendidas pelos Estados Unidos e Inglaterra, mesmo eles sendo os maiores países protecionistas que o mundo já viu nos séculos anteriores (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

O programa de Collor nada mais seria, contudo, do que a aplicação ao caso brasileiro da filosofia ultra-liberal consolidada no chamado *Washington Consensus*, o modelo de organização econômica que os representantes das agências governamentais dos Estados Unidos e de instituições internacionais de crédito sediadas na capital norte-americana haviam identificado como o mais adequado para a América Latina (BATISTA JR, 2009 p. 195).

O Plano de Collor teve que ser revisado, com intuito de pagar a dívida externa brasileira que crescia disparadamente. Assim, muitas das políticas macroeconômicas passaram a ser definidas a partir das condições estabelecidas pelos credores externos para renegociação da dívida (BATISTA JR, 2009).

O *Washington Consensus* representa uma receita de desregulamentação e de privatização, de livre comércio exterior unilateralmente praticado, em suma, de Estado-mínimo, cuja adoção integral passaria a ser exigida aos países latino-americanos como pré-requisito para poderem se candidatar à renegociação de suas dívidas externas e para se qualificarem a financiamentos internacionais (BATISTA JR, 2009 p. 197).

O *Washington Consensus* possuía uma visão ultraliberal de organização econômica e social, voltada para o passado, utilizando ensinamentos do século XIX, como a do *laissez-faire*, *laissez passer*. A abertura econômica prematura e mal determinada da economia brasileira no fim do século passado, gerou resultados expressivos, como: desperdício de divisas necessários a investimentos e serviu de estimulante das importações não essenciais, abandonando o parque industrial e, conseqüentemente, os empregos das classes menos favorecidas (BATISTA JR, 2009).

O processo de abertura econômica, foi pensado como forma de sobreposição do modelo de substituição de importações, devido à crise macroeconômica brasileira. Mas tendo em questão, literatura e experiências de outros países, uma forma de contribuir para o crescimento econômico, é o desenvolvimento do mercado interno, atuando como principal motor do progresso, por meio de economias de escala, reforça a capacidade de competir internacionalmente. Focando além do crescimento das exportações, como também das importações, não dependendo apenas da venda dos produtos internos.

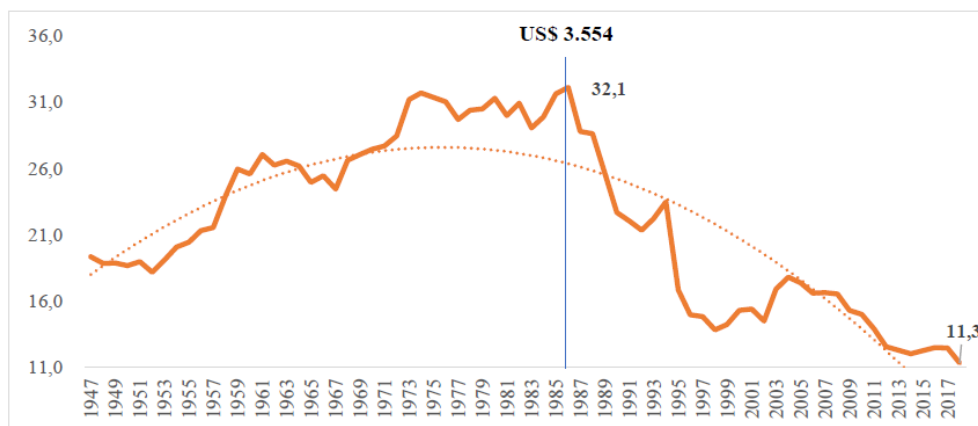
4 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O processo de desindustrialização ocorreu principalmente sob a crise macroeconômica brasileira na década de 80 e com a adoção de políticas de cunho neoliberal. Desta forma, pode-se considerar como as principais causas da desindustrialização, como também as políticas adotadas pelos governos da época.

4.1 Indicadores brasileiros

O primeiro indicador do processo de desindustrialização é a participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB. No ano de 1986 possuía 32,1% de participação, com uma grande mudança para 11% em 2018, considerando uma diminuição de 21 p.p. desse período (SILVA; NASCIMENTO, 2020).

Gráfico 1 – Participação do Valor Adicionado do PIB no Brasil: 1985 – 2018

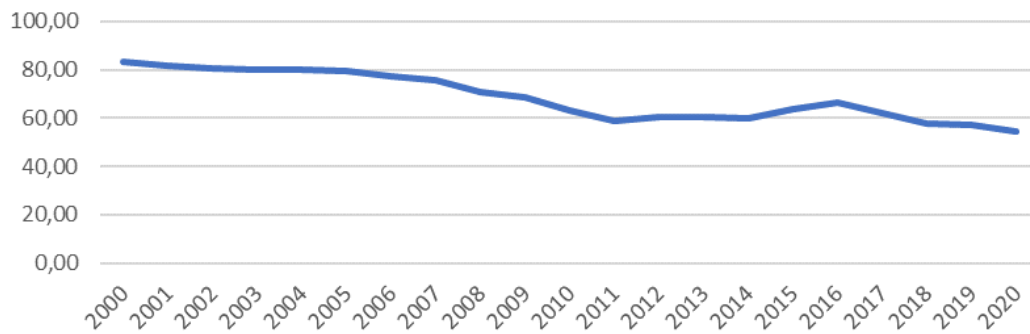


Fonte: IBGE (2020).

No ponto de "turning point", o nível de renda per capita do Brasil era de US \$3.554, segundo Squeff (2012). Analisado como inferior ao nível apresentado por países desenvolvidos de alta renda. Desta forma, foi considerado que o país sofria com a desindustrialização de modo precoce (SILVA; NASCIMENTO, 2020).

No gráfico abaixo, existe uma diminuição de quase 30 p.p. da indústria de transformação sob o montante exportado entre os anos de 2000 a 2020. Fica claro que, o país perdeu a capacidade de produzir bens avançados de alta tecnologia que tivessem concorrência no mercado internacional e assim, obteve uma queda de 28,5% no total exportado.

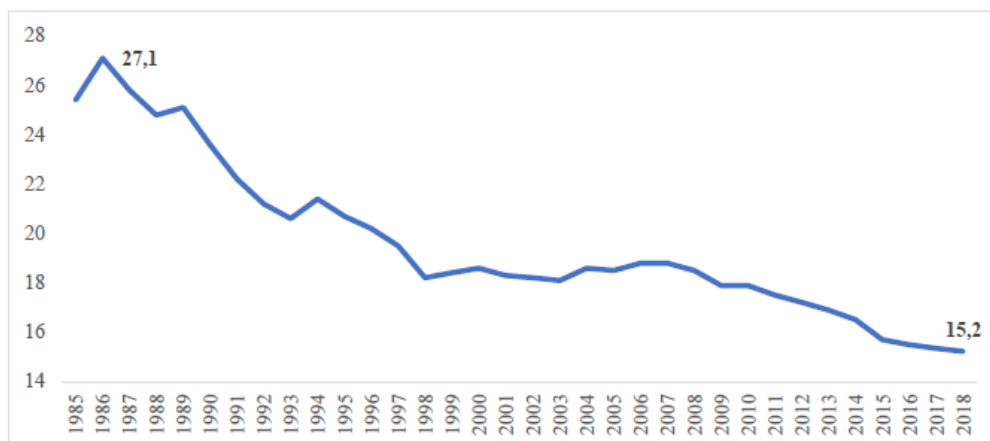
Gráfico 2 – Participação da Indústria de Transformação nas Exportações (em % do total)



Fonte: IBGE (2022)

O segundo indicador utilizado para saber mais sobre o processo de desindustrialização é a participação do emprego da indústria de transformação em relação ao emprego total. Em 1986 a indústria representava uma participação no emprego de 27% mais de trinta anos depois, em 2018, possuía apenas uma porcentagem de 15,2%, calculando uma perda de quase 12 p.p. nesse período (SILVA; NASCIMENTO, 2020).

Gráfico 3 – Participação do Emprego Industrial no Emprego Total Brasileiro: 1985 – 2018

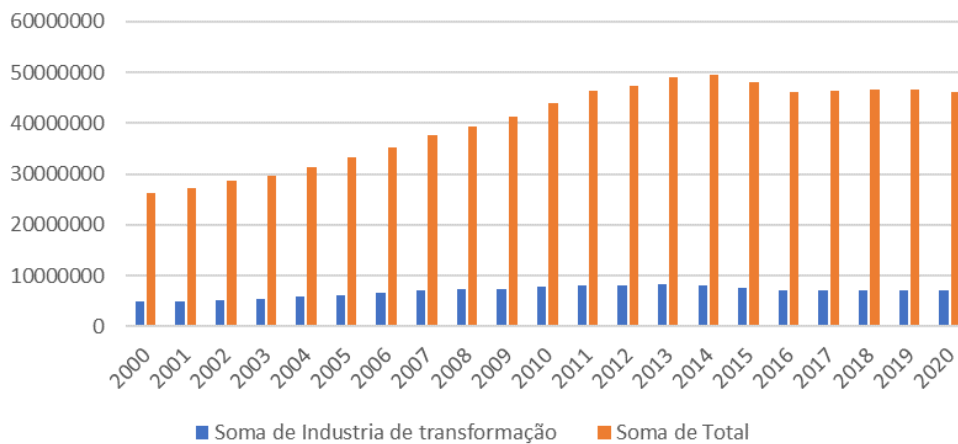


Fonte: RAIS (2020).

De acordo com o gráfico, em 2018 a participação estava a cerca de 15,2% e em 2020, foi para 15,5% uma pequena mudança e pouco significativa (RAIS, 2022). Algo que pode ser considerado, foi a crise do COVID-19 iniciada no final de 2019, que pode ter elevado a participação na indústria, pois houve grandes incentivos ao desenvolvimento de equipamentos médicos.

Segundo os dados coletados da Rais (2022), a indústria de transformação durante o período de 2000 a 2020, vinha de uma participação mais ativa, empregando uma porcentagem de 18,63% para 2020 de 15,55% (IBGE, 2022).

Gráfico 4 – Quantidade de empregos formais gerais e na Indústria de Transformação no Brasil – 2000 a 2020



Fonte: RAIS (2022)

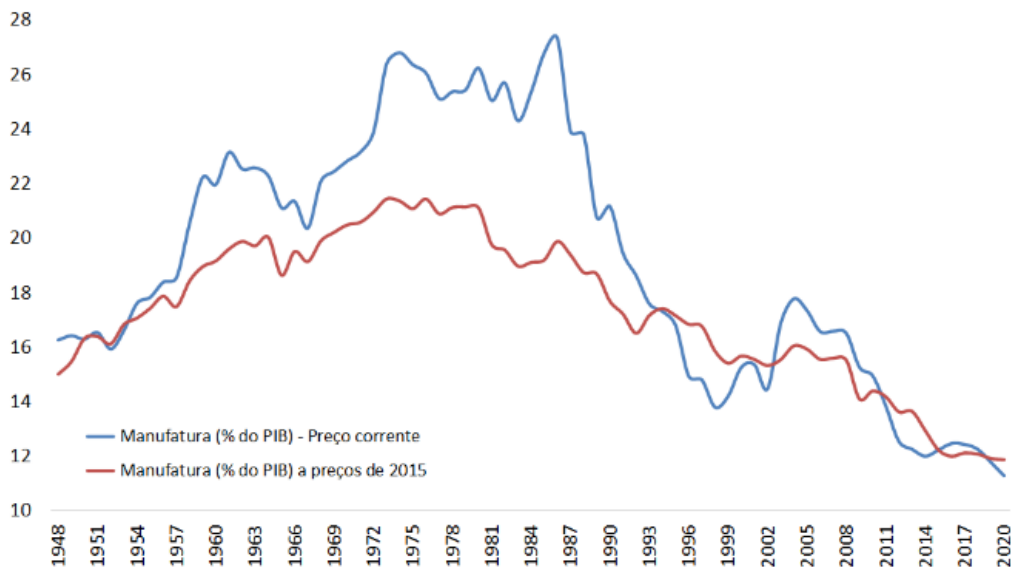
4.2 Indústria com retrocesso

Como dito anteriormente, foi na segunda metade do século XX que o país deu passos mais firmes frente a industrialização, em 1980 o Brasil possuía um alto grau de industrialização que superava a média mundial, onde a manufatura correspondia a 21,1% do PIB, enquanto o mundo era uma média de 15,6%. Em 2020, quarenta anos depois, era de se esperar um cenário mais industrializado, entretanto, o que existe, é uma diminuição para 4,7%. Para o momento de crise, causada pelo COVID-19, pode-se considerar um cenário não tão desagradável, pois a média mundial era de uma diminuição de 8,4% (IEDI, 2021).

Mesmo o setor industrial apresentando uma maior contribuição para a economia diante dos demais setores, é notório evidenciar o retrocesso da indústria nas últimas décadas, pois passou a produzir um pouco acima de um décimo do PIB de 2020 (IEDI, 2021).

Por mensuração a preços correntes ou constantes, a manufatura diminui sua parcela de contribuição ao PIB. Com o gráfico seguinte, é perceptível um grande aumento contínuo desde 1950 até o maior pico nos anos 80, devido em grande parte às políticas industriais e ao método de substituição de importações, até a mudança de políticas (IEDI, 2021).

Gráfico 5- Manufatura (% do PIB do Brasil) a preços correntes e constantes, 1948 a 2020.



Fonte: IBGE (Contas Nacionais) e MORCEIRO, P. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. Revista de Economia Política, 2021 (forthcoming).

O gráfico evidencia um grande retrocesso industrial que o país sofre desde os anos de 1980, sob preços de 2015, a parcela da manufatura passou de 21,1% de 1980 a 11,9% em 2020, reduzindo cerca de 9,2 p.p. do PIB brasileiro (IEDI, 2021).

4.3 Papel da indústria no PIB

O Brasil possui uma tendência de choques as crises internacionais, com a crise de 2008, o valor adicionado da manufatura e da economia geral caíram respectivamente cerca de 9,3% e 0,1%, já na crise do coronavírus, os resultados foram respectivamente menores para a indústria, com uma queda de 4,3% e para toda a economia de 3,9%, a preços básicos segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. Dessa forma, como é lembrado no texto, o auxílio emergencial pode ter contribuído, respectivamente, para evitar uma queda maior da indústria (IEDI, 2021).

Segundo o IEDI (2019) a diminuição da participação da indústria no Brasil é considerada uma das maiores dos países em desenvolvimento e também do mundo. Tendo em vista que o grau de industrialização do país se encontrava em crescente acessão, em 1980 superando a média mundial em 5,6 p.p., mas após esse período a diferença passou a ser reduzida. Ademais,

desde o início do século XXI a indústria não consegue manter-se acima da média da economia mundial, reduzindo o seu papel cada vez mais (IEDI, 2021).

Na próxima tabela, será perceptível visualizar o Valor Adicionado Bruto - VAB. No período analisado de 1980 a 2020, o grau de industrialização diminuiu cerca de 43,8%, o mundo sem China diminuiu 9,7% e os EUA diminuiram cerca de 9,6%. Referente ao VAR brasileiro, teve um aumento de 21,3%. Mas é perceptível segundo os dados, um grande crescimento do índice dos outros países, como a China e os EUA (IEDI, 2021).

Tabela 2 – Evolução do PIB manufatureiro e parcela da manufatura no PIB, de 1980 a 2020

	Mundo			Mundo sem China			China			Estados Unidos			Brasil		
	1980	2020	Δ%	1980	2020	Δ%	1980	2020	Δ%	1980	2020	Δ%	1980	2020	Δ%
Manufatura (% do PIB) a preços de 2015	15,5	16,6	6,6	15,5	14,0	-9,7	18,8	27,6	47,2	11,7	10,6	-9,6	21,1	11,9	-43,8
VAB real da manufatura (1980 = 1,00)	1,0	3,1	213,5	1,0	2,2	118,9	1,0	47,1	4.609,6	1,0	2,2	121,6	1,0	1,2	21,3

Fonte: ONU, UNIDO, IBGE (Contas Nacionais). Elaboração: Paulo Morceiro.

Analisando o crescimento populacional brasileiro entre o período analisado (1980-2020) a população cresceu 74%. Entretanto, quando se observa a intensidade da industrialização, percebe-se o fraco papel da indústria e o baixo crescimento do VAB manufatureiro, principalmente, quando comparado com o mercado externo (IEDI, 2021).

Com a crescente diminuição do encargo industrial, o país fica cada vez mais distante do crescimento e desenvolvimento econômico, visto que a indústria possui grandes cadeias produtivas que geram retornos crescentes à economia (IEDI, 2021).

Um dos motivos da indústria brasileira possuir pouca competitividade internacional é pela falta de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizada internamente, visando a melhoria de seus produtos, algo que ocorre em países que buscam o desenvolvimento de melhores produtos (IEDI, 2021).

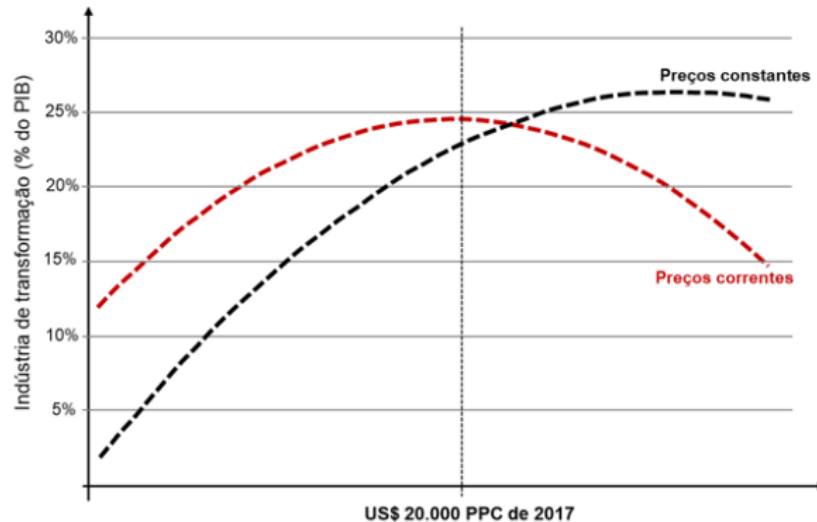
4.4 Indústria e evolução do PIB per capita no longo prazo

Segundo o padrão da participação da manufatura no PIB e a renda per capita dos países se associam formando um “U invertido”. Dessa forma, explica-se que a parcela da indústria de transformação aumenta primeiramente e posteriormente começa a cair, em proporção que a renda per capita aumenta (IEDI, 2021).

Esta curva de U invertido foi desenvolvida através de um ensaio com dados de 42 países, entre os anos de 1940 até 2011, feito pelo economista Dani Rodrik, utilizando $\frac{3}{4}$ da economia mundial. Assim, a curva, como pode ser visto no gráfico seguinte, é muito aberta, onde nesse

primeiro período remetente a industrialização e em seguida, existe a diminuição da manufatura, em virtude de um aumento da renda per capita (IEDI, 2021).

Gráfico 6 – Manufatura (em % do PIB) como função da renda (PIB per capita em PPC)



Nota: Valores atualizados para 2017 pelo IPC dos Estados Unidos.

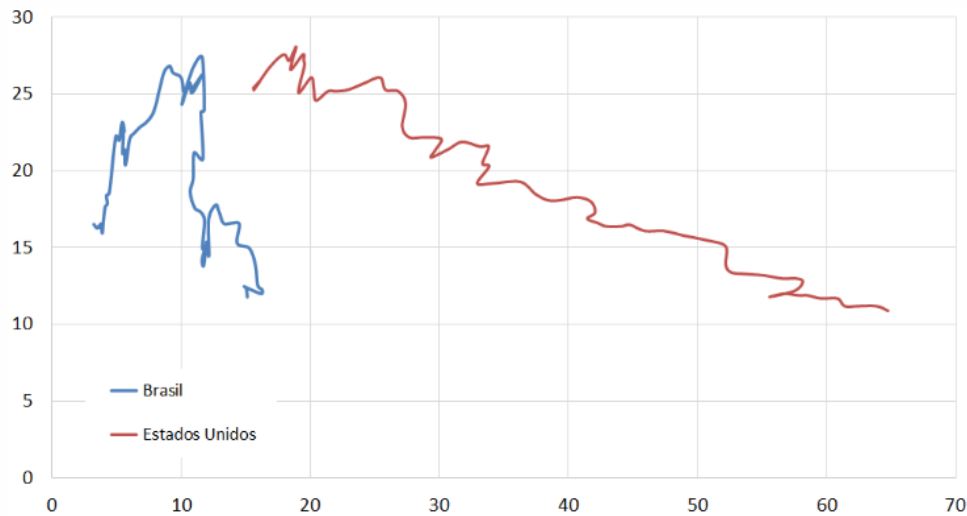
Fonte: Elaboração dos autores a partir de Rodrik, 2016, p. 7.

Sobre o processo de desindustrialização, caracterizada como normal ou positiva é quando a indústria começa a diminuir a participação no PIB a preços correntes após atingir um nível de renda per capita em um patamar de US\$ 20 mil, visto esse acontecimento em países desenvolvidos (IEDI, 2021).

O mais comum de visualizar em países ainda em desenvolvimento, é a desindustrialização precoce que ocorre quando a participação da indústria diminui antes de atingir uma alta renda per capita, ou seja, quando atingi um ponto de inflexão. Normalmente, quando isto ocorre, outros setores agregam aquela participação perdida para os mesmos, em principal o setor de serviços e de agricultura (IEDI, 2021).

Foi utilizado para a análise o Brasil e os Estados Unidos devido sua semelhança, dada sua grande população, abundância em recursos naturais, processo histórico de colonização (IEDI, 2021).

Gráfico 7 – Manufatura (% no PIB a preços correntes) e PIB per capita Brasil e EUA, 1947 a 2019 (PIBpc em 1.000 US\$ PPC de 2017)



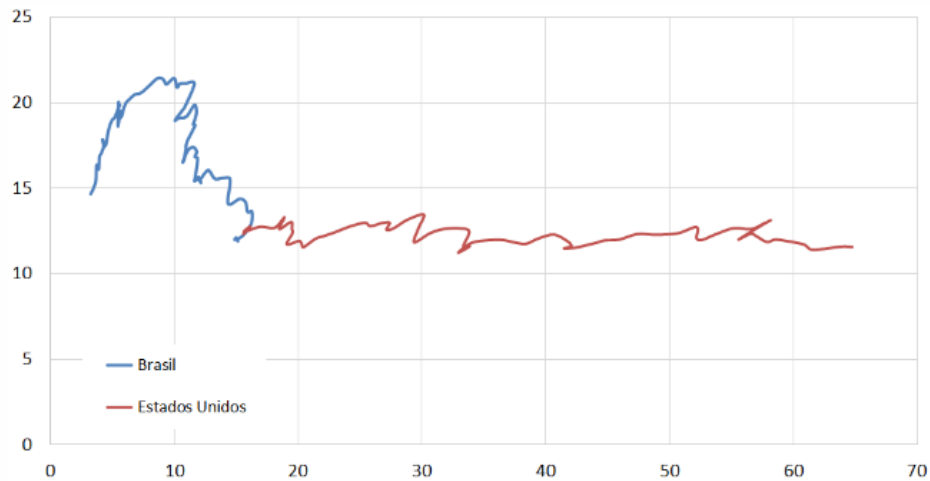
Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA, The Conference Board e MORCEIRO, P. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. Revista de Economia Política, 2021 (forthcoming).

Nesse gráfico, é perceptível visualizar dois países que possuem uma trajetória distinta industrialmente (IEDI, 2021).

Sob preços correntes, os EUA começaram a perder participação no PIB após atingir uma renda per capita de US \$25,4 mil (em PPC de 2019), após esse período teve início a redução da participação da indústria, entretanto, a renda per capita aumentou consideravelmente para US \$65 mil (IEDI, 2021). Já sob preços correntes, o Brasil começou a perder participação no PIB com uma renda per capita de US \$11,4 mil (em PPC de 2019), após esse período teve início a redução da participação da indústria, entretanto, a renda per capita aumentou somente para 15,1 mil (IEDI, 2021).

Fica claro, que os Estados Unidos passaram por um período de desindustrialização positiva, tendo um aumento vultoso da renda per capita. Enquanto que o Brasil, segundo os dados, o país apresenta um processo de desindustrialização precoce, devido a diminuição da renda per capita ser inferior a 58% do ponto de inflexão da curva U invertido, possuindo uma renda per capita muito mediano (IEDI, 2021).

Gráfico 8 – Manufatura (% no PIB a preços constantes) e PIB per capita Brasil e EUA, 1947 a 2019 (PIBpc em 1.000 US\$ PPC de 2017)



Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA, The Conference Board e MORCEIRO, P. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. *Revista de Economia Política*, 2021 (forthcoming).

Sob preços constantes, os Estados Unidos conseguiram manter a participação da manufatura no mesmo ritmo de crescimento do PIB. Diferentemente, no Brasil, há a perda da manufatura no PIB (IEDI, 2021).

Um ponto importante a ser considerado, é a duração da fase de desindustrialização nos países. No gráfico a preços correntes, mostra quando o grau de industrialização dos EUA atinge o pico e começa a diminuir, sendo assim, considerada, a outra metade da curva do U invertido. O nível de industrialização americana ficou permeado pelo pico entre duas décadas, entre os anos de 1947 a 1966, apresentando uma média de participação de 26,2% da manufatura no PIB neste período, e uma renda média de US \$25,4 mil (em PPC de 2019) (IEDI, 2021). Enquanto que o Brasil, passou por um período de industrialização tardia e o seu nível foi relativamente curto, em razão da participação da indústria no pico cresceu rápido e diminuiu com a mesma velocidade. Dessa forma, considera-se que a curva de Rodrik possui um formato diferente, mas semelhante ao um “V invertido” (IEDI, 2021).

O Brasil chegou a perder 13,5 p.p. da participação da indústria no PIB em 12 anos, enquanto os Estados Unidos perderam a mesma participação durante 42 anos. Dessa forma, eles conseguiram manter um alto grau de industrialização, que concebeu consequências positivas economicamente para o país (IEDI, 2021). Ao passo que a regressão industrial nacional ocorre de forma precoce, não sucedendo uma mudança estrutural de outros setores, como por exemplo,

o setor de serviços, visto que, este setor possui salários de baixa mão-de-obra pouco qualificada e baixo aquecimento de produtividade (IEDI, 2021).

Contribuindo para uma forte diminuição da participação da indústria, considerada de grande valor para o desenvolvimento do país, e não existe outro setor apto a assumir a posição, e assim, o país continua em um caminho de crescimento quase estagnado (IEDI, 2021).

5 CONCLUSÃO

Como visto neste trabalho, o Brasil iniciou o século XXI com uma redução da participação das cadeias industriais de alta tecnologia, passando por um processo de reestruturação da sua pauta produtiva. Retendo um retrocesso industrial, pois voltava a importar bens de consumo duráveis e produção. Sendo assim, as indústrias que permaneceram, continuaram reféns das importações e de aperfeiçoamento internacional.

Um dos motivos para a substituição da produção doméstica por importações foi a sobrevalorização cambial relacionada à racionalização produtiva. Evidenciando a perda da participação da indústria de transformação e conseqüentemente a reprimarização da pauta exportadora, se originando a partir de uma perda da participação de empregos industriais e de ajustes macroeconômicos nas indústrias restantes.

O estudo analisou o processo de desindustrialização, através da observação dos indicadores de participação no produto e da contribuição no emprego geral. O primeiro indicador demonstrou uma participação relevante da indústria no PIB, em 1986 sob forma de 32,1%, mas esse percentual não se mantém, e em 2018 atinge uma presença de 11,3% retendo uma queda de 20,8 p.p.

O segundo indicador, é referente a participação da indústria no emprego total, no seu pico, em 1986, a indústria de transformação gerava uma quantidade significativa de empregos comparados com o total da economia, possuindo uma participação de 27,1%. Considerando a crise macroeconômica e posteriormente a perdas dos segmentos industriais no país, em 2018, ela representava apenas 15,2% caracterizando uma perda de quase 12% no decorrer dos 32 anos.

Outro ponto importante, é o país não ter atingido uma renda per capita de países desenvolvidos quando iniciou o processo de desindustrialização, pois em 1986 o país estava com uma renda per capita de US\$ 3.554 mil dólares, não sendo o suficiente para um desenvolvimento natural de desindustrialização. Sendo assim, através da diminuição do indicador da participação da indústria no PIB e no emprego total, não conseguindo atingir uma renda per capita de países desenvolvidos, o Brasil passa por um processo de desindustrialização precoce em sua economia.

É válido salientar ainda, outro fator de relevância sobre a perda industrial, a atuação da indústria de transformação nas exportações totais. Em 2000 possuía uma porcentagem de 83%, entretanto, sua contribuição perdeu espaço e em 2020 atingiu uma queda para 54,5%, obtendo uma diminuição de 28,5% no decorrer de 20 anos.

Dessa forma, com a queda desses indicadores, existe um aumento de outros setores na economia. Se evidência um processo de perda industrial, com a inexistência de um segmento forte, que possibilite uma geração de empregos com mão de obra qualificada e melhor bem-estar para a economia brasileira, possuindo em sua estrutura retornos crescentes de escala como também, produtos de alto valor agregado.

A grande importância da indústria, está relacionada ao seu potencial de transformar outros segmentos, intensificando o crescimento da economia, gerando externalidades positivas, incentivando os empregos qualificados. Assim, quando a mesma não é substituída por outro segmento tão bom quanto, o crescimento da economia percorre momentos de incerteza de desenvolvimento.

Apesar do estudo apresentar resultados compatíveis com o processo de desindustrialização precoce, é importante ressaltar que os indicadores analisados possuem diversas formas de serem computados e distintas abordagens econômicas a serem debatidas.

REFERÊNCIAS

A regressão industrial a curto e longo prazo. Cartas IEDI. Edição 1085. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1085.html#>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ARTHUR, W. B. (1996). Increasing Returns and the New World of Business and the Two Worlds of Business. *Harvard Business Review*. Vol. 74, Issue nº 4, July-Aug, p. 100-109. Harvard. Acesso em: 10 de nov 2020.

BATISTA JR, P. N. Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil. Ensaios e Palestras. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009. Acesso em: 25 de nov 2022.

BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. C. Desenvolvimento no Brasil - Relembrando um Velho Tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (orgs). Políticas para a retomada do crescimento. Brasília: IPEA, 2002. Acesso em: 10 de dez 2022.

BELLUZZO, L. G.; CARNEIRO, R. Bloqueios ao Crescimento Econômico. Política Econômica em Foco, Campinas, n. 3, jan./abr. 2004. Acesso em: 10 de dez 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 28 de nov 2022.

Bresser-Pereira, L.C; Marconi, N. (2008). “Existe doença holandesa no Brasil?”. Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo. Acesso em: 01 dez. 2022.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 3 (140), pp. 444-460, julho-setembro/2015.

CANO, W. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *Revista Economia*. “80 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1930: SEU SIGNIFICADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA”. 38o Encontro Anual da ANPEC. Setembro/Dezembro 2012. Acesso em: 10 de nov 2020.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. Texto para discussão, n. 304. Campinas, Instituto de Economia / Unicamp, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3533/TD304.pdf>>. Acesso em: 15 de nov 2020.

CARNEIRO, R. M. Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. UNESP, Unicamp, 2002. Acesso em: 15 de nov 2020.

CORDEN, W. M. (1980). “Relationships between macroeconomic and industrial policies”, *The World Economy*, 3 (2): 167-84. Acesso em: 25 de nov 2022.

COUTO, Joaquim M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/3zSJj3KjR5SXWhBdXVdcRKL/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 08 de dez 2022.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. O capitalismo Tardio. 2009. Acesso em: 15 de nov 2020.

ESPÓSITO, Maurício. Industrialização brasileira, diversificação produtiva e consolidação da dependência externa: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. História econômica & história de empresas, Campinas vol. 20 no 2, p. 439-473, 2017. Acesso em: 15 de nov 2020.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. Revista de Economia Contemporânea. Ed. Especial. Rio de Janeiro. 2001. Acesso em: 10 de dez 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 de nov 2022.

LAMONICA, Marcos T; FEIJO, Carmem A. Crescimento e industrialização no Brasil: As lições das Leis de Kaldor. Acesso em: 05 de nov 2020.

MARTINS, Guilherme N, RODRIGUES, João P. Evidências da precoce desindustrialização no Brasil. Nexos Econômicos – CME-UFBA, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2015. Acesso em: 05 de dez 2020.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. Disponível em: <<https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2003/11/insercao-externa-exportacoes-e-crescimento.pdf>>. Acesso em: 09 de dez 2022.

MORCEIRO, Paulo César. Desindustrialização Na Economia Brasileira No Período 2000-2011: Abordagens E Indicadores. 2012. 219 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de pós-graduação em Economia, Araraquara, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90043/morceiro_pc_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de nov 2022.

MOREIRA, C. A.L.; BORBA, R. V. P. Modelo liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 47, n. 3, p. 167-180, jul. - set., 2016. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/415>>. Acesso em: 10 de dez 2022.

MOREIRA, C. A. L.; FORTI SHERER, A. L. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 30, n. 1, 2002. Acesso em: 10 de dez 2022.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. (2010). Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010. Acesso em: 28 de nov 2022.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Santiago: CEPAL, 1949.

PREBISCH, Raúl. Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1963.

ROHSLERO, Elora D. processo de desindustrialização brasileira (1990 -2010)

SILVA, Vinicius F. O papel da industrialização no pensamento de Raúl Prebisch. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas O papel da industrialização no pensamento de Raúl Prebisch. Disponível em:<<https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/26%20O%20papel%20da%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20pensamento%20de%20Raul%20Prebich.pdf>>. Acesso em: 07 de dez 2022.

SQUEFF, G. C. (2012). Desindustrialização em debate: aspectos teóricos e alguns fatos estilizados da economia brasileira. Radar. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura - n. 21 (ago. 2012) - Brasília: Ipea, 2012. Acesso em: 28 de nov 2022.

RODRIGUEZ, Octavio. O Estruturalismo Latino-americano. Cepal-Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009. Acesso em: 07 de dez 2022.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R (1999). "Growth, Trade and Deindustrialization". IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1. Acesso em: 28 de nov 2022.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. De-industrialization and foreign trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILVA, Alderir; NASCIMENTO, Jonathan R. Uma Análise da Desindustrialização no Brasil no Período 1999 a 2018. Article · November 2020. DOI: 10.5935/1808-2785/rem.v17n2p.73-93. Acesso em: 30 de nov 2022.

SUZIGAN, W; FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006. Acesso em: 20 de fev de 2021. Acesso em: 25 de nov 2022.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. Acesso em: 05 de nov 2020.